

A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Maria Eduarda Pereira Leite; Orientador: Rogério de Sousa Medeiros

Universidade Federal da Paraíba, mariamepleite@gmail.com

Introdução

O tema central desta pesquisa é a implementação da política de educação integral para o ensino médio e suas implicações para as condições do trabalho docente, em especial ao que se refere as implementações destas políticas na cidade de João Pessoa – PB, que foram impulsionadas a partir do ano de 2016 pelo Governo do Estado da Paraíba, com o programa Escola *Cidadã* Integral.

Ainda que o debate sobre a educação integral no Brasil não seja algo novo¹, pesquisas vêm mostrando (RABESCO, 2015; URBINI, 2015) que o aumento do tempo de permanência na escola se intensificou a partir dos anos 2000, sob o argumento que preconiza a necessidade dos jovens permanecerem mais tempo na escola, seja para maior exposição a conhecimentos distintos, seja como uma promessa do poder público para atender as demandas da educação, no sentido de melhoria da qualidade da educação básica, de profissionais qualificados, material, recursos financeiros, espaços físicos e projeto pedagógico e, por isso, vem cada vez mais ganhando destaque no cenário nacional.

De um modo geral, os estudos envolvidos com a escola pública no Brasil, reconhecem que as reformas educacionais podem ser fragmentadas e caóticas, mesmo quando seus objetivos são coerentes, as reformas raramente são implementadas de forma tranquila e total (PEREZ, 2010). Como no caso da implementação do *Projeto Escola Cidadã Integral*² na cidade de João Pessoa. Suspeita-se que sua efetivação foi de encontro às necessidades da comunidade, como algo estranho/estrangeiro à instituição educacional.

O processo de implementação do projeto em uma das escolas da Rede Estadual de Ensino na cidade de João Pessoa, aparentemente se deu de forma arbitrária e vertical fazendo com que a maioria dos funcionários e alunos não pudessem aderir à proposta nos termos que ela se dava. Para os alunos, jovens do ensino médio, que estão na faixa etária entre 15 e 18 anos, havia a necessidade

¹A discussão sobre o tema vem desde 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, passando por Anísio Teixeira na década de 1950, que propôs a criação da primeira escola em tempo integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro na Bahia e que influenciou, na década de 1980, a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro, proposto por Darcy Ribeiro.

de conciliar estudo e trabalho e os funcionários também precisavam conciliar mais de um trabalho para completar a renda mensal. Em 2016, quando passou a adotar o modelo de tempo integral, a escola que antes contava com quase 600 alunos, distribuídos em 11 turmas, nos turnos da manhã, tarde e noite, começou o ano letivo com apenas 37 alunos matriculados, formando apenas três turmas, uma de cada série do ensino médio³.

Além dessas questões que emergem da sociedade, ou seja, de recepção dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, outras questões se levantam no âmbito da implementação do ensino em tempo integral, como por exemplo, a reestruturação do ponto de vista material, profissional, pedagógico e legal, uma vez que, a ampliação do tempo escolar implica no gerenciamento dos espaços, em reformas, profissionais capacitados, dentre outros.

O nosso problema de pesquisa, portanto, direciona o olhar para o trabalho docente, em como ele é afetado pela implementação da escola em tempo integral. Pois no tema das reformas educacionais, não podemos deixar de considerar o trabalho do professor, pois entendemos que para que se tenha uma educação de qualidade, é necessário oferecer condições para que o professor efetive seu trabalho. Suponho que, com o aumento da jornada de trabalho, as cobranças para com os professores tenham aumentado, especialmente com as novas demandas que a escola integral impõe, que cobra dos professores mais e melhores resultados.

Como então falar em melhoria da qualidade da educação através da escola integral, sem refletir sobre as implicações da implementação dessa política sobre as configurações do trabalho docente e a precarização das condições de ensino? Esta pesquisa, portanto, consiste em analisar se a implementação do Programa Escola Cidadã Integral, em uma escola da rede estadual de ensino da cidade de João Pessoa – PB, não significa também a diminuição das condições efetivas de trabalho do professor, na perspectiva de uma intensificação do trabalho docente?

Dessa forma, entendemos a necessidade de se realizar a pesquisa que permitirá discutir, descrever e analisar os impactos da implementação do programa Escola Cidadã Integral, na cidade de João Pessoa – PB, face às condições de trabalho docente e a todos os problemas a ele relacionados. Para tanto, estamos analisando a proposta da Escola Integral Cidadã implementada em João Pessoa – PB, à luz da legislação nacional e estadual; como os professores percebem e avaliam sua condição de agente implementador de uma política educacional e quais os efeitos na construção de sua subjetividade; e também estamos mapeando as condições de trabalho docente,

³ Em João Pessoa, escola implanta tempo integral e perde 90% dos seus alunos. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/166574_em-joao-pessoa--escola-implanta-tempo-integral-e-perde-90-porcento-de-seus-alunos. Acessado em: 01/11/2016.

como a jornada de trabalho, organização do trabalho pedagógico nas escolas de ensino médio da cidade de João Pessoa, onde foi implantado o programa Escola Cidadã Integral;

É nesse sentido que se justifica a pesquisa, uma vez que acreditamos que não basta defender a qualidade da educação através de políticas educacionais, é necessário também oferecer condições e recursos adequados para que os professores realizem seu trabalho, uma vez que acreditamos que esse seja um fator que vá interferir na efetividade dessa política pública educacional.

É, portanto, nesse aspecto que se concentra o esforço de analisar as entrelinhas da política pública de educação integral para discutir quais são os impactos na vida dos atores envolvidos, assim como também verificar como os modelos de educação integral estão sendo executados, postos em prática, para que, desse modo, possamos avançar nas reflexões sociológicas sobre a temática e, com modestas pretensões, contribuir para o aprimoramento deste campo de pesquisa.

Metodologia

A pesquisa delineada adota a metodologia qualitativa, uma vez que, esta perspectiva metodológica é a que melhor oferece técnicas de coletas de dados que se aproximam da realidade escolar. Segundo Martins (2004), “as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais” (p.292).

Nosso campo de pesquisa será as primeiras escolas em tempo integral da Rede Estadual de Ensino da cidade de João Pessoa a receberem pelo Estado o programa Escola Cidadã Integral em 2016. Nossos sujeitos investigados, serão os professores que serão escolhidos por conveniência e acessibilidade, não havendo a possibilidade de prever a priori a composição da amostra.

Diante da pluralidade que permeia a pesquisa, faz-se necessário a utilização de uma variação de métodos para acesso, registro e organização dos elementos discursivos. Por isso, em nossa pesquisa, de ‘multimétodos’ pois os dados que interessam a pesquisa podem se manifestar de várias maneiras e por diversos meios. Portanto, como instrumentos de coletas de dados, faremos uso da *observação participante*, como forma de se chegar aos elementos contextuais que sustentam as interações sociais que importam para análise. Para tanto, busco inspiração em Foote Whyte (2005). Além disso, a experiência do universo escolar adquirida durante a licenciatura em Ciências Sociais e o estágio PIBID/Sociologia, possivelmente contribuirá para o acesso aos sentidos das práticas do cotidiano escolar.

Ao lado da observação participante, outro instrumento básico na pesquisa qualitativa são as entrevistas, que, nesta proposta de pesquisa será adotada a técnica de *entrevista semiestruturada*. No entanto, não nos prenderemos apenas a essa fonte de informação. É necessário também dar atenção às *conversas informais*, as ações dos sujeitos investigados e comparar com o que é dito na entrevista formal.

As observações, as entrevistas e as conversas informais serão registradas em diário de campo, fotografias e gravadores como forma de detalhar o mais precisamente possível, os processos de trabalho e de interação dos professores como uma variável que dificulta o processo de implementação do Programa Escola Cidadã Integral.

Além da pesquisa realizada no chão da escola, também estamos levantando material bibliográfico: reportagens, relatórios governamentais sobre políticas educacionais, documentos das normas que regem e regulamentam a escola em tempo integral na rede estadual de ensino da Paraíba, bem como os documentos e leis federais em que se baseiam, tais como: LDB 9394/96; o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, que complementarão as informações obtidas pelas outras técnicas.

Resultados e discussão

É fato que as dificuldades enfrentadas pelos professores no exercício da sua profissão, não são novidades. Condições salariais, saúde psíquica, excessiva carga de trabalho, etc. são problemas recorrentes discutidos em debates públicos, na mídia e em pesquisas científicas. No entanto, as mudanças que estão acontecendo na educação pública, especificamente com a implementação do ensino integral, contribuem para agravar esses problemas: a extensão da jornada de trabalho, sem a devida elevação salarial (que foi um dos protestos dos professores para a não implementação do Programa Escola Cidadã Integral); as cobranças quanto aos resultados das avaliações finais e o envolvimento em determinadas questões da escola que não necessariamente tenha relações com as aulas ministradas.

E essas questões que circundam a educação integral, conforme Lorenzon e Valentini (2014), também se encaixam como dilemas mais gerais da educação, possibilitando assim, “a identificação de inúmeros desafios, os quais podem ser vistos de um ponto de vista global e da perspectiva da escola brasileira” (p. 25).

A educação em tempo integral carrega um significado mais amplo e concordamos com Rosa (s.d.), quando diz que “a implantação do tempo integral só faz sentido se for pensada como uma concepção de educação integral que represente a ampliação das oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras para os alunos” (p. 04) vinculando também ao sentido de formação humana contínua, reforçando a emancipação do homem como sujeito histórico.

Pensar a educação integral como política pública, portanto, requer verificar o que está em jogo na tríade educação, política e convivência democrática na atualidade, entendendo convivência democrática como o lugar social dos sujeitos nessa análise, uma vez que, discutir práticas, sentidos e valores da educação escolar e, com efeito, nas políticas de educação integral, implicam considerar a heterogeneidade, as diferenças e o pluralismo que lhe constituem (SILVA, et. al., 2014), voltando-se para o propósito de formação integral do sujeito e o direito a uma educação que supere o caráter fragmentário da educação brasileira.

Referências Bibliográficas

LORENZON, Eliane Aparecida; VALENTINI, Delmir José. Implantação da educação integral no Brasil: reflexões sobre os desafios e as possibilidades. In: **Educação em jornada ampliada: vivências a partir da escola e da universidade** / organizador Elsie José Corá. – Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Sousa. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

PEREZ, José Roberto Ruiz. **Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010 1179 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 01/06/2017

RABESCO, Rafaela. **Escola em tempo integral: política educacional, gestão da pobreza e a produção social do consenso**. São Carlos: UFSCar, 2015 (dissertação de mestrado).

ROSA, Sandra Valéria Limonta. **Reflexões sobre a educação integral na perspectiva da escola unitária de Antonio Gramsci**. [S.l.: s.n: s.d.].

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; BUSNELLO, Chaiane Paula; PEZENATTO, Fabíola. **Política, cidadania e educação integral: a convivência democrática como princípio pedagógico.** RBPAAE - v. 30, n. 2, p. 397-416, mai./ago. 2014

URBINI, Lia Fuhrmann. **Educação Integral e capital financeiro: a participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014.** Florianópolis: UFSC, 2015 (dissertação de mestrado).

WHYTE, William Foote. 2005 [1943]. **Sociedade de esquina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.